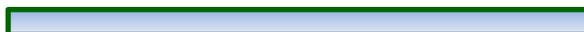




O Barco
Do Mimo

REGULAMENTO
INTERNO
JARDIM DE INFÂNCIA







CAPÍTULO I – ADMISSÃO E RENOVAÇÃO

Artigo 1.º

São admitidas no Jardim de Infância todas as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos.

Artigo 2.º

As crianças de 3 anos que já frequentam a Instituição terão lugar assegurado em setembro do ano letivo seguinte, desde que façam a sua renovação até ao dia 15 de fevereiro e o respetivo pagamento nas mensalidades de março e abril e a renovação seja aceite pela Direção.

As crianças de 4 e 5 anos, apenas terão lugar no ano letivo seguinte, se existirem vagas disponíveis nas respetivas salas.

As crianças de 5 anos que pretendam renovar a matrícula para a frequência em regime parcial, poderão fazê-lo para a sala de A.T.L, mediante a existência de vagas na mesma.

Havendo vagas nestas salas, a colocação é feita pela seguinte ordem de prioridade:

1. Irmãos a frequentar o Colégio.
2. Data de inscrição da criança.

Artigo 3.º

Ocorrendo desistência de frequência, os valores da inscrição, da renovação ou das anuidades não serão reembolsados.

Artigo 4.º

No ato de inscrição são necessários os seguintes documentos:

- a) Boletim de inscrição, devidamente preenchido;
- b) Fotocópia do boletim individual de saúde, com as vacinas em dia;
- c) Declaração médica sobre existência, ou não, de doenças infetocontagiosas e/ou que a criança pode frequentar a Instituição;
- d) Identificação e contacto do médico assistente;

As inscrições apenas serão aceites havendo conhecimento pleno e consentimento de ambos os progenitores (salvo existência de um ofício do tribunal com informação contrária).

Ao efetuar a inscrição, os pais estarão a aceitar este Regulamento Interno.

Artigo 5.º

Critérios de admissão da lista de espera:

- Irmãos a frequentar o colégio.
- Familiares de antigos alunos do colégio.
- Data de registo de adesão à lista de espera.



CAPÍTULO II – FUNCIONAMENTO E HORÁRIO

Artigo 6.º

O BARCO DO MIMO funciona das 7h00 às 19h30 horas, encerrando às 19h00 horas nos meses de julho e agosto.

Artigo 7.º

Sempre que for ultrapassado o horário de fecho (19h30) será cobrada uma penalidade de 50,00 € (cinquenta euros) por cada meia hora, ou fração. Após a terceira infração, a Direção poderá suspender a frequência do aluno.

Artigo 8.º

A Instituição encerrará para férias entre 1 e 15 de agosto.

Artigo 9.º

A Instituição estará encerrada nos seguintes dias:

- Feriados nacionais;
- Feriado municipal de Lisboa;
- Carnaval, se for concedida tolerância de ponto à função pública;
- Natal (24 e 26 de dezembro);
- Ano Novo (31 de dezembro e 2 de janeiro).

CAPÍTULO III – FORMAS DE PAGAMENTO

Artigo 10.º

A tabela de preços encontra-se disponível para consulta na entrada da secretaria.

Artigo 11.º

No caso de haver irmãos a frequentar a Instituição, haverá um desconto de 10% sobre o valor da mensalidade de cada um deles, exceto para os que frequentem a sala de A.T.L.

Artigo 12.º

As mensalidades e/ou serviços extra (atividades extracurriculares, passeios, etc.) deverão ser pagos até ao dia 5 de cada mês. Os pagamentos efetuados após esta data terão os seguintes agravamentos, a incluir no mês seguinte:

- Após o dia 5: agravamento de 10% do valor em dívida;
- Após o dia 15: agravamento de 15% do valor em dívida;
- Após o dia 20: agravamento de 20% do valor em dívida.

Os pagamentos que forem realizados através de Cheques Creche, devem ser efetuados com a antecedência necessária, para a entrada do respetivo valor, até à data limite de pagamento das mensalidades.



Artigo 13.º

A falta de pagamento até ao final do mês do seu vencimento poderá implicar a suspensão da frequência do aluno. A Direção, após a tomada dessa decisão, comunicará a suspensão com 3 dias de antecedência.

Artigo 14.º

Em caso de ausência temporária no decorrer do ano letivo, só serão asseguradas as vagas às crianças que satisfaçam o pagamento das mensalidades durante os meses em que estiveram ausentes.

Artigo 15.º

A impossibilidade do cumprimento da prestação, não imputável à Instituição, nomeadamente situações de força maior, caso fortuito, impedimento legal, imposição legal, situação de pandemia, situações de encerramento forçado, que obriguem à suspensão total ou parcial da prestação, não desobrigam ao pagamento integral da mensalidade.

Artigo 16.º

A mensalidade de agosto é paga em três prestações, respetivamente em novembro, dezembro e janeiro.

Artigo 17.º

1. O pagamento referente às atividades extra é feito mensalmente e a sua utilização não está sujeita a qualquer desconto.
2. As atividades curriculares (Expressão Musical, Educação Física e Inglês) estão incluídas na mensalidade.

Artigo 18.º

Qualquer desistência da frequência deverá ser comunicada por escrito até ao dia 15 do mês anterior, sem o que será devida a mensalidade seguinte, devendo para o efeito justificar as razões da saída.

Artigo 19.º

Os pagamentos poderão ser efetuados com desconto, anualmente (até 30 de julho) ou em duas prestações (a 1.ª até 30 de julho e a 2.ª até 30 de novembro), conforme consta na tabela de preços, não sendo, em nenhum caso, devolvidos os valores já pagos em caso de desistência.

CAPÍTULO IV – SAÚDE, HIGIENE E BEM-ESTAR

Artigo 20.º

Apesar de serem tomadas todas as precauções para evitar acidentes, por vezes eles acontecem. Numa situação em que tal suceda, a Direção comunicará de imediato aos Pais, informando-os do sucedido.



Caso não seja possível contactá-los, recorre-se então aos serviços médicos e/ou hospitalares, se tal for necessário. Nesse caso a Direção avisará os Pais logo que seja possível, informando-os da ocorrência e das medidas tomadas. A responsabilidade cível da Instituição está transferida, através de seguro, afixado para conhecimento dos Pais.

Em caso de doença o procedimento será idêntico.

Artigo 21.º

Sempre que os funcionários ou responsáveis da Instituição notarem algum sinal de doença na criança, os Pais serão de imediato informados e, caso se verifique que a criança não deva permanecer no Colégio, deverão retirá-la de imediato, a fim de evitar qualquer contágio com as outras crianças.

Artigo 22.º

Os Pais só deverão entregar medicamentos na Instituição à educadora ou auxiliar que receba a criança e apenas no caso de ter de ser administrado mais que duas vezes ao dia, exceto se forem antibióticos.

Neste caso a embalagem deverá trazer um rótulo bem visível, onde constará o nome da criança, quantidade a administrar, hora e duração do tratamento, acompanhado de cópia da prescrição médica.

Artigo 23.º

É aconselhável que cada criança tenha na Instituição um antipirético de emergência.

Artigo 24.º

É obrigatório o uso de bibe (35,00€) e panamá (15,00€) da Instituição, no jardim de infância, a adquirir na secretaria.

Os bibes deverão apresentar-se em boas condições de higiene e com o tamanho adequado à criança.

Artigo 25.º

As crianças devem ter na Instituição um saco pessoal com uma muda de roupa interior e outra exterior, devidamente identificadas. As crianças devem trazer roupas práticas que facilitem a sua autonomia e higiene.

Artigo 26.º

Se necessário, o fornecimento das fraldas e toalhetas serão da responsabilidade dos Pais.

CAPÍTULO V – ALIMENTAÇÃO

Artigo 27.º

A Instituição fornece almoço e lanche.

Artigo 28.º

Semanalmente, em local visível, é colocada a ementa, podendo apenas sofrer alterações de última hora por alguma dificuldade de abastecimento. No site da Instituição também será colocada a ementa (apenas para utentes).



Artigo 29.º

Em caso de dieta ou alergia alimentar, o Colégio deverá ser avisado atempadamente, de modo a assegurar a alimentação correta, e o aviso deverá ser acompanhado pela prescrição da médica pediatra.

Artigo 30.º

O horário de refeição estipulado a cada sala, encontra-se exposto na Instituição, sempre em local visível. No caso da criança não estar presente dentro do horário estabelecido, por motivo de atraso (sempre devidamente justificado), terá a mesma de vir já com a refeição tomada, por forma a não perturbar o bom funcionamento da sala.

CAPÍTULO VI – AUSÊNCIAS

Artigo 31.º

Qualquer ausência, mesmo de um dia, deverá ser comunicada com a maior antecedência possível e devidamente registada, pelos Pais, na plataforma educativa.

Artigo 32.º

Se a ausência for motivada por doença, num prazo igual ou superior a cinco dias seguidos, o regresso só será autorizado com base numa declaração médica.

Artigo 33.º

Mesmo que justificadas, não se farão descontos por ausências.

CAPÍTULO VII – NORMAS GERAIS

Artigo 34.º

A secretaria funciona diariamente entre as 9.30 e as 17 horas.

Artigo 35.º

A hora limite de entrada é até às 10 horas.

Artigo 36.º

As crianças serão recebidas no salão polivalente pelas educadoras ou auxiliares que lá se encontrem. Após a receção, a deslocação até às respetivas salas é feita pelas mesmas.

Artigo 37.º

Na saída, as crianças serão entregues no salão polivalente pelas educadoras e auxiliares que lá estiverem, aquando da chegada dos Pais.



Artigo 38.º

A Instituição não se responsabilizará por quaisquer objetos trazidos de casa, nomeadamente brinquedos, etc.

Artigo 39.º

A roupa da criança e outros objetos pedidos pelos responsáveis da sala devem ser convenientemente marcados.

Artigo 40.º

As crianças só poderão sair acompanhadas pelos Pais, encarregados de educação ou aquelas pessoas que no ato de inscrição foram indicadas para esse fim, devidamente identificadas com o cartão de cidadão e com conhecimento pessoal da sala.

Artigo 41.º

Em qualquer situação de dúvida, a Instituição reserva-se o direito de não deixar sair a criança sem contactar os Pais. Nenhuma criança, em caso algum, será entregue a um menor de idade (ex.: irmãos, primos, etc.).

Artigo 42.º

O período de praia, após ter sido pago, não será reembolsado.

Artigo 43.º

O valor referente ao material didático, será debitado juntamente com a mensalidade de fevereiro e o seu custo consta da tabela de preços em vigor.

O material didático será apenas para uso na Instituição, não podendo ser levado para casa.

Artigo 44.º

Os eventos promovidos na Instituição (peças de teatro, festividades, etc.) serão de carácter obrigatório para todas as crianças que se encontrem presentes nesse dia (garantindo assim, que nenhuma criança fica excluída do grupo e do entretenimento a decorrer) e o seu custo será adicionado ao aviso de pagamento do mês subsequente. O valor referente a cada evento, terá um teto máximo de 15,00€ e um limite de 3 por cada ano letivo, podendo, eventualmente, não serem todos concretizados, por dependerem sempre da planificação da Coordenação Pedagógica.

CAPÍTULO VIII – PLATAFORMA INFORMÁTICA

Artigo 45.º

No ato de inscrição ou renovação deve ser disponibilizado obrigatoriamente pelos Pais os seus endereços eletrónicos utilizados, por forma a constarem da base de dados informática da Instituição.

Artigo 46.º

A comunicação entre a Instituição e os Pais será efetuada através da plataforma informática Educabiz, disponibilizada no site www.obarcodomimo.pt, através de área reservada destinada aos Pais.



Artigo 47.º

As avaliações do desenvolvimento dos alunos serão enviadas semestralmente, em datas a definir pela Coordenadora Pedagógica, através desta plataforma informática.

Artigo 48.º

Os avisos de pagamento e os recibos serão também enviados aos pais para o seu e-mail.

Artigo 49.º

As entradas e saídas do Colégio serão registadas pelos Pais, diariamente, através do sistema QR Code da aplicação Educabiz.

Artigo 50.º

Após a inscrição e abertura da ficha do aluno no sistema informático, o número de contribuinte que for indicado pelos Pais para constar no recibo, não poderá posteriormente ser alterado.

CAPÍTULO IX – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 51.º

Sempre que ocorram violações das normas de conduta e convivência por parte de alunos, pais ou familiares, a Direção reserva-se o direito de suspender de imediato a frequência do aluno respetivo, após ouvidos os intervenientes, sempre tendo em vista a defesa da Escola e dos alunos.

Artigo 52.º

Qualquer situação omissa neste Regulamento deverá, caso se justifique, ser corrigida pela Direção em tempo oportuno, sem prejuízo da legislação em vigor.

Artigo 53.º

A inscrição ou renovação de matrícula de qualquer aluno nesta Instituição implica de imediato a aceitação do presente Regulamento e obriga ao seu cumprimento, não sendo de aceitar o seu desconhecimento para justificar qualquer ato contrário ao mesmo.

Artigo 54.º

Caso se verifique necessário, o Colégio reserva-se o direito de fazer alterações ao Regulamento Interno, durante o decorrer do ano letivo a que este corresponde, dando a conhecer a todos os Encarregados de Educação, através da plataforma informática oficial de comunicação.

Artigo 55.º

Se a Instituição necessitar recorrer a via judicial para receber qualquer valor correspondente ao enunciado neste Regulamento, fica desde já autorizada a ser ressarcida pelos custos do advogado, solicitador de execução e demais despesas judiciais.

